

PAULO MENDES
DE OLIVEIRA



SEGURANÇA JURÍDICA E PROCESSO

Da rigidez à flexibilização processual

LUIZ GUILHERME MARINONI

SÉRGIO CRUZ ARENHART

DANIEL MITIDIERO

Coordenadores

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Editorial: Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Diego Garcia Mendonça, Luciana Felix, Marcella Pâmela da Costa Silva e Thiago César Gonçalves de Souza

Analistas Editoriais: André Furtado de Oliveira e Karolina de Albuquerque Araújo

Assistente Editorial: Francisca Lucélia Carvalho de Sena

Produção Editorial

Coordenação

IVIE A. M. LOUREIRO GOMES

Lider Técnica de Qualidade Editorial: Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Felipe Augusto da Costa Souza, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos, Maria Eduarda Silva Rocha, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra, Rafaella Araujo Akiyama e Thais Rodrigues Sampaio

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier, Daniela Medeiros Gonçalves Melo e Maria Cecília Andreo

Estagiários: Angélica Andrade, Beatriz Brandão Belo Bicker, Miriam da Costa Leite, Nicolas Eugênio Almeida Bueno e Sthefany Moreira Barros

Capa: Chrisley Figueiredo

Adaptação da capa: Brenno Stolagli Teixeira

Controle de qualidade da diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Rafael Ribeiro

Administrativa e Produção Gráfica

Coordenação

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Rafael da Costa Brito

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Oliveira, Paulo Mendes de
Segurança jurídica e processo: Da rigidez à flexibilização processual/Paulo Mendes de Oliveira. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

Bibliografia.
ISBN 978-85-532-1056-5

1. Processo civil 2. Processo civil – Brasil 3. Segurança jurídica
4. Segurança jurídica – Brasil I. Título.

18-16131

CDU-347.933(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil: Segurança jurídica: Processo civil 347.933(81)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	13
INTRODUÇÃO	19

PARTE I

ENTRE RIGIDEZ E FLEXIBILIZAÇÃO PROCESSUAL

1. DEFINIÇÕES E CLASSIFICAÇÕES.....	25
1.1. Processo, procedimento e ato processual.....	25
1.2. Processo rígido e flexível	28
1.3. Flexibilização-adaptabilidade e flexibilização-conveniência.....	32
1.4. Flexibilização do processo e flexibilização de procedimento	33
1.5. Rotas e circuitos procedimentais.....	34
2. FORMALISMO PROCESSUAL E SEGURANÇA JURÍDICA – ESCORÇO HISTÓ- RICO.....	36
2.1. Considerações iniciais	36
2.2. O formalismo excessivo do processo comum romano-canônico	38
2.3. A ampliação dos poderes dos juízes na formação dos Estados Nacionais	43
2.4. O processo liberal: rigidez formal e empoderamento das partes na <i>condução</i> do processo	46
2.5. O cientificismo e a supremacia judicial	50
2.6. A instrumentalidade processual – evolução da supremacia judicial.....	56
2.7. Síntese conclusiva.....	60
3. O FORMALISMO PROCESSUAL NA DOUTRINA BRASILEIRA.....	64
3.1. <i>O Código como sistema legal de adequação do processo</i> – Galeno Lacerda... 3.2. <i>A instrumentalidade do processo</i> – Cândido Rangel Dinamarco.....	64
3.3. <i>Do formalismo no processo civil</i> – Carlos Alberto Alvaro de Oliveira.....	69
3.4. Doutrina contemporânea.....	73
3.4.1. Adequação e adaptabilidade do procedimento.....	73

3.4.2.	Flexibilização procedimental	74
3.4.3.	Colaboração no processo civil	78
3.4.4.	Convenções processuais.....	82
4.	TENDÊNCIAS EM ORDENAMENTOS ESTRANGEIROS	86
4.1.	Introdução.....	86
4.2.	Processo civil francês.....	86
4.3.	Processo civil inglês.....	94
4.4.	Processo civil português.....	104

PARTE II

SEGURANÇA JURÍDICA E FLEXIBILIZAÇÃO PROCESSUAL

1.	INTRODUÇÃO – POR UMA ABORDAGEM HOLÍSTICA DA SEGURANÇA PROCESSUAL.....	113
2.	SEGURANÇA JURÍDICA E PROCESSO – PERFIL ESTRUTURAL	118
2.1.	Segurança pelo processo.....	118
2.1.1.	Segurança-cognoscibilidade.....	118
2.1.2.	Segurança-realização	122
2.2.	Segurança no processo (processo justo).....	127
3.	SEGURANÇA JURÍDICA E PROCESSO – PERFIL SUBSTANCIAL.....	131
3.1.	Notas introdutórias sobre processo e cultura – os valores do Estado Constitucional	131
3.2.	Pressupostos teóricos da segurança jurídica processual	137
3.2.1.	Premissas para a substanciação da segurança processual	137
3.2.2.	Pressupostos sociais	138
3.2.2.1.	Relação entre sociedade e Estado – a dignidade da pessoa humana	138
3.2.2.2.	A independência e a responsabilidade do Judiciário	141
3.2.3.	Pressupostos jurídicos	145
3.2.3.1.	A eficácia direta e a dimensão objetiva dos direitos fundamentais.....	145
3.2.3.2.	Relação entre direito material e processo	148
3.2.3.3.	A posição do juiz e das partes no processo	151

3.2.3.4. O Direito processual como ramo de direito público.....	157
3.2.3.5. A tempestividade da tutela jurisdicional e o direito de defesa	159
3.2.3.6. O papel da interpretação jurídica e a legitimação do exercício do poder.....	163
3.2.3.7. O incremento de cognoscibilidade pelos precedentes.....	165
3.2.4. Conclusões parciais sobre o perfil substancial da segurança jurídica processual.....	167
4. O PROCEDIMENTO ADAPTÁVEL COMO DENSIFICAÇÃO DA SEGURANÇA PROCESSUAL.....	171

PARTE III

TÉCNICAS DE FLEXIBILIZAÇÃO E LIMITES JUDICIAIS

1. TÉCNICAS DE FLEXIBILIZAÇÃO PROCESSUAL	185
1.1. Dos procedimentos especiais adaptados ao procedimento comum adaptável ...	185
1.2. Flexibilização judicial atípica	193
1.3. Rotas procedimentais alternativas estabelecidas em lei	199
1.3.1. Quanto às fases. Rotas curta, média e longa	199
1.3.2. Possibilidade de cisão da demanda.....	205
1.3.3. A dilatação de prazos	206
1.3.4. A modificação da ordem de produção probatória	208
1.3.5. A dinamização do ônus da prova.....	210
1.3.6. A antecipação da tutela	213
1.4. Rotas procedimentais pela utilização de disposições normativas de textura aberta	219
1.5. Circuitos procedimentais obrigatórios	223
1.6. Circuitos procedimentais facultativos	231
1.7. Flexibilização convencional	237
1.7.1. As convenções processuais.....	237
1.7.2. Convenções processuais típicas.....	243
1.7.3. Convenções processuais atípicas	253
2. LIMITES JUDICIAIS À FLEXIBILIZAÇÃO.....	263
2.1. Introdução.....	263

2.2.	Respeito às garantias constitucionais.....	264
2.3.	As distintas espécies de flexibilização	269
2.4.	Adequação como limite à flexibilização judicial.....	271
2.5.	A previsão de um procedimento legal e o problema da superação de regras..	272
2.6.	As diretivas interpretativas e o postulado da proporcionalidade.....	278
2.7.	Deveres de colaboração	285
2.8.	Contraditório	291
2.9.	Respeito às preclusões	295
2.10.	Fundamentação das decisões	299
2.11.	Observância dos precedentes.....	301
2.12.	Irretroatividade na superação de precedentes.....	303
2.13.	Respeito à autonomia privada	306
CONCLUSÕES		311
BIBLIOGRAFIA.....		325